

Aprovado por unanimidade
na reunião de CACDLG de 13.11.2019



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete do Presidente

GRUPO PARLAMENTAR

N.º de Entrada 643852

Classificação

05/02/02

Data

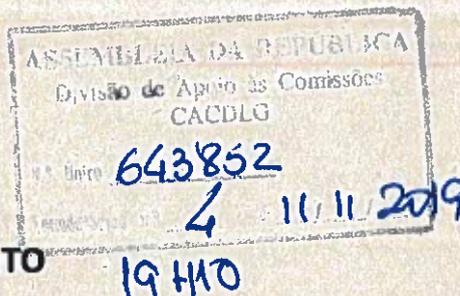
25/10/2019

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. e Comissão

M. L. L.

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia da República



REQUERIMENTO

Assunto – Audição do Ministro da Administração Interna

Em dezembro de 2017 e posteriormente em fevereiro de 2018 o Grupo Parlamentar do PSD solicitou a realização de audições parlamentares a fim de que o Ministro da Administração Interna prestasse esclarecimentos sobre o arquivamento da auditoria interna do SEF que continha suspeitas de corrupção e de concessão de vistos ilegais de entrada no nosso país.

De acordo com o que foi então amplamente noticiado, esta auditoria terá sido conduzida ao longo de um ano pelo Gabinete de Inspeção do SEF, que propôs sanções disciplinares a um total de seis funcionários, entre os quais ex-dirigentes desta instituição, tendo sido ainda extraídas certidões criminais relativas aos indícios de corrupção de outros funcionários. Em simultâneo, terá ainda sido aberto um processo de averiguações pela Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) cujas conclusões se desconhecem.

Pese embora a gravidade da questão e os seus contornos pouco claros, ouvido o Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, esta questão não foi esclarecida, foi desvalorizada e o caso foi dado como concluído pelo Governo.

Esta semana tomámos conhecimento através da comunicação social que a Polícia Judiciária desmantelou uma poderosa rede criminosa de auxílio à imigração ilegal, na qual foram detidos vários funcionários do Estado - dos quais uma inspetora do SEF que já tinha sido sinalizada no inquérito interno do SEF - que eram corrompidos pela organização criminosa para ajudar a legalização dos imigrantes à margem da lei.



GRUPO PARLAMENTAR

De acordo com os factos vindos a público na comunicação social, as suspeitas das diversas ilegalidades na concessão de vistos - mais de nove mil – já constavam do levantamento feito no inquérito interno do SEF que foi arquivado!

Terão sido milhares os imigrantes ilegais que foram legalizados com recurso a contratos de trabalho feitos com empresas fictícias e a outros esquemas fraudulentos e alguns destes imigrantes terão inclusivamente acabado vítimas de tráfico humano já em território europeu.

A dimensão e a gravidade desta situação, em que estão em causa o exercício das competências do SEF, nomeadamente ao nível disciplinar, a investigação dos factos pelo Ministério Público e a desvalorização política do caso por parte do Governo, tem de ser cabalmente esclarecido.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD vem solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia da República que nos termos regimentais aplicáveis seja remetida à Comissão Parlamentar competente em razão da matéria o presente requerimento para efeitos de audição do Ministro da Administração Interna, com carácter urgente.

Palácio de S. Bento, 25 de outubro de 2019

Os Deputados do PSD